

ANIELLO PARZIALE

Irene Patrícia Nohara

Prefácio

Antonio Cecílio Moreira Pires

Apresentação

AS SANÇÕES NAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS

As Infrações, as Penalidades e o Processo
Administrativo Sancionador

Atualizado de acordo com as Leis Federais
nº 13.303/2016 (Lei das Estatais), nº 13.869/19
(Lei de Abuso de Autoridade) e nº 14.133/2021
(Nova Lei de Licitações)

Belo Horizonte

FORUM

CONHECIMENTO JURÍDICO

2021

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio eletrônico, inclusive por processos xerográficos, sem autorização expressa do Editor.

Conselho Editorial

Adilson Abreu Dallari	Floriano de Azevedo Marques Neto
Alécia Paolucci Nogueira Bicalho	Gustavo Justino de Oliveira
Alexandre Coutinho Pagliarini	Inês Virginia Prado Soares
André Ramos Tavares	Jorge Ulisses Jacoby Fernandes
Carlos Ayres Britto	Juarez Freitas
Carlos Mário da Silva Velloso	Luciano Ferraz
Cármem Lúcia Antunes Rocha	Lúcio Delfino
Cesar Augusto Guimarães Pereira	Marcia Carla Pereira Ribeiro
Clovis Beznos	Márcio Cammarosano
Cristiana Fortini	Marcos Ehrhardt Jr.
Dinorá Adelaide Musetti Grotti	Maria Sylvia Zanella Di Pietro
Diogo de Figueiredo Moreira Neto (<i>in memoriam</i>)	Ney José de Freitas
Egon Bockmann Moreira	Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho
Emerson Gabardo	Paulo Modesto
Fabício Motta	Romeu Felipe Bacellar Filho
Fernando Rossi	Sérgio Guerra
Flávio Henrique Unes Pereira	Walber de Moura Agra

FÓRUM

CONHECIMENTO JURÍDICO

Luís Cláudio Rodrigues Ferreira
Presidente e Editor

Coordenação editorial: Leonardo Eustáquio Siqueira Araújo
Aline Sobreira de Oliveira

Av. Afonso Pena, 2770 – 15º andar – Savassi – CEP 30130-012
Belo Horizonte – Minas Gerais – Tel.: (31) 2121.4900 / 2121.4949
www.editoraforum.com.br – editoraforum@editoraforum.com.br

Técnica. Empenho. Zelo. Esses foram alguns dos cuidados aplicados na edição desta obra. No entanto, podem ocorrer erros de impressão, digitação ou mesmo restar alguma dúvida conceitual. Caso se constate algo assim, solicitamos a gentileza de nos comunicar através do e-mail editorial@editoraforum.com.br para que possamos esclarecer, no que couber. A sua contribuição é muito importante para mantermos a excelência editorial. A Editora Fórum agradece a sua contribuição.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com a AACR2

P276s

Parziale, Aniello

As sanções nas contratações públicas: as infrações, as penalidades e o processo administrativo sancionador / Aniello Parziale. – Belo Horizonte : Fórum, 2021.

304p.; 14,5x21,5cm

Atualizado de acordo com as Leis Federais nº 13.303/2016 (Lei das Estatais), nº 13.869/19 (Lei de Abuso de Autoridade) e nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações)
ISBN: 978-65-5518-200-2

1. Direito Administrativo. 2. Contratações públicas. I. Título.

CDD 341.3

CDU 342.9

Elaborado por Daniela Lopes Duarte - CRB-6/3500

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

PARZIALE, Aniello. *As sanções nas contratações públicas: as infrações, as penalidades e o processo administrativo sancionador*. Belo Horizonte: Fórum, 2021. 304p. ISBN 978-65-5518-200-2.

PREFÁCIO	
Irene Patrícia Nohara	13
APRESENTAÇÃO	
Antonio Cecílio Moreira Pires	17
INTRODUÇÃO	19
CAPÍTULO 1	
AS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E O SEU	
REGIME JURÍDICO NO ÂMBITO DAS CONTRATAÇÕES	
PÚBLICAS	27
1.1 O ilícito	27
1.2 A infração administrativa.....	29
1.3 Elementos da infração administrativa	31
1.3.1 Ação (ou conduta) reprovável	32
1.3.2 O princípio da tipicidade e os limites à sua relativização	33
1.3.3 Antijuridicidade ou ilicitude e as suas excludentes	57
1.3.3.1 Estado de necessidade	60
1.3.3.2 Exercício regular de um direito	61
1.3.3.3 Estrito cumprimento de um dever legal.....	62
1.3.3.4 Coação ou ordem de superior hierárquico	63
1.3.4 Culpabilidade (reprovabilidade) e suas excludentes	64
1.3.4.1 O erro.....	66
1.3.4.2 Inexigibilidade de conduta diversa.....	70
1.3.4.3 Caso fortuito ou força maior	71
1.4 Infrações administrativas previstas na legislação licitatória	72
1.4.1 Inexecução parcial ou total dos contratos administrativos	75
1.4.2 Deixar de entregar documentação exigida para o certame	78
1.4.3 Não manutenção da proposta comercial pelo adjudicatário.....	83
1.4.4 Não celebração do contrato ou não entrega da documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta	86
1.4.5 Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.....	91
1.4.6 Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou na execução do contrato.....	93
1.4.7 Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato	96
1.4.8 Comportar-se de modo inidôneo	100
1.4.9 Cometimento de fraudes de qualquer natureza	106
1.4.10 Praticar atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação	109
1.4.11 Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013	114
1.4.12 Atraso injustificado na execução do contrato	115
CAPÍTULO 2	
AS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E O SEU	
REGIME JURÍDICO NO ÂMBITO DAS CONTRATAÇÕES	
PÚBLICAS	119
2.1 A sanção jurídica.....	119
2.2 As sanções administrativas e seu regime jurídico	122
2.2.1 A finalidade do ato administrativo punitivo.....	123
2.2.2 A finalidade das sanções administrativas nas contratações públicas	127
2.2.3 Princípio da legalidade	133
2.2.4 Princípio da anterioridade.....	136
2.2.5 Princípio da irretroatividade da lei e da retroatividade da lei mais benigna.....	137
2.2.6 Princípio da segurança jurídica	141
2.2.7 Princípio do <i>non bis in idem</i>	143
2.2.8 Princípio da razoabilidade	145

2.2.9	Princípio da proporcionalidade.....	147
2.2.10	Princípio do devido processo legal	149
2.2.11	Princípio da <i>non reformatio in pejus</i>	150
2.2.12	Princípio da prescritibilidade	152
2.2.13	Princípio do juiz natural	154
2.2.14	Princípio da presunção da inocência	159
2.3	O sujeito passivo ou infrator das sanções administrativas.....	161
2.4	Desconsideração da personalidade jurídica	164
2.5	Autoexecutoriedade das sanções administrativas	167
2.6	Extinção das sanções administrativas.....	168
2.6.1	Cumprimento da sanção administrativa.....	169
2.6.2	Morte da pessoa física ou extinção da pessoa jurídica.....	170
2.6.3	Reabilitação.....	170
2.6.4	Revisão do processo sancionatório	171
2.6.5	Nulidade do ato administrativo punitivo.....	172
2.6.6	Retroação da lei mais benigna	173
2.6.7	Celebração do acordo de leniência.....	174
2.6.8	Perdão.....	175
2.7	Alternativa às sanções administrativas	178
2.8	Sanções administrativas nas contratações públicas.....	181
2.8.1	Advertência	183
2.8.2	Multa.....	190
2.8.3	Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração	204
2.8.4	Sanção de impedimento de licitar e contratar	206
2.8.5	Declaração de inidoneidade	209
2.8.5.1	Reabilitação.....	213
2.9	Efeitos das sanções restritivas de direitos sobre os contratos administrativos em execução.....	216

CAPÍTULO 3

O PROCESSO SANCIONATÓRIO NO ÂMBITO DAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS		219
3.1	Processualização da atividade administrativa	219
3.2	Processo administrativo como garantia do Estado Democrático de Direito	221
3.2.1	O princípio do devido processo legal	223
3.2.2	O princípio do contraditório e da ampla defesa	225
3.3	O processo administrativo sancionador no âmbito das contratações públicas	231
3.3.1	Fase instauratória.....	242
3.3.2	Fase instrutória.....	252
3.3.3	Fase decisória ou de julgamento	255
3.3.4	Fase recursal	260
3.3.5	Fase executória	264

CONCLUSÃO	271
-----------------	-----

REFERÊNCIAS.....	285
------------------	-----

TRABALHOS DO AUTOR	301
--------------------------	-----